

## Índice

Uma voz para as gerações futuras .....	1
A política familiar, melhor a partir das empresas e dos municípios .....	2
Uma revista feminina que rompe o padrão .....	3
“¡Doctor, no haga todo lo posible!” .....	4
“Despertar la compasión” .....	4

## Uma voz para as gerações futuras

A preocupação com os interesses das gerações vindouras começou a materializar-se nos textos internacionais através do princípio do desenvolvimento sustentável, definido em 1987 pelo [“Brundtland Report \(Our Common Future\)”](#) como aquele “que satisfaz as necessidades do presente sem pôr em perigo a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas”.

Este relatório, elaborado a pedido da ONU por uma comissão presidida pela antiga primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, expressou com uma frase feliz uma das queixas do movimento favorável a introduzir a perspetiva de longo prazo na política: “Atuamos como se pudéssemos ficar-nos pela nossa: as gerações futuras não votam, não têm poder político nem financeiro, não se podem opor às nossas decisões”.

O Relatório Brundtland acolhia medidas valiosas para combater este problema. Mas também defendia que se “limitassem as taxas extremas de crescimento da população”, com uma clara mentalidade anti-natalista. Paradoxalmente, esta recomendação ameaçava o futuro de alguns dos que estavam para vir. Não é estranho que o documento tenha acabado por cair no cálculo aritmético: “Uma pessoa a mais num país industrial consome muito mais e exerce uma pressão muito maior sobre os recursos naturais do que uma pessoa a mais no Terceiro Mundo”

O movimento em defesa das gerações futuras foi-se distanciando do discurso malthusiano. De facto, não há sinais dele no texto considerado chave pelos seus ativistas: a [“Declaración sobre las Responsabilidades de las Generaciones Actuales para con las Generaciones Futuras”](#) (1997), aprovada pela Conferência Geral da UNESCO. Embora haja quem, como o World Future Council (WFC), que defende o “acesso universal aos direitos de saúde sexual e reprodutiva” como forma de política demográfica “sustentável”.

Juntamente com o desenvolvimento sustentável, outra coordenada chave para este movimento é o princípio de equidade entre gerações, que insta a “deixar o planeta aos nossos descendentes pelo menos nas mesmas boas condições em que o encontramos”, nas palavras do relatório [“Intergenerational solidarity and the needs of future generations”](#) (2013), do secretário-geral da ONU.

Neste ponto, as coincidências com os [decrecentistas](#) (“Aceprensa”, 19.10.2016) são patentes. O WFC, que reúne ativistas de todo o mundo, [lamenta](#) que “o conceito de ‘bem-estar’ pelo qual se guiam os resultados da política, se centra no crescimento do PIB”, sem ter em conta que o bem-estar das pessoas depende de mais fatores. Denuncia igualmente que “os ciclos comerciais de curto prazo, impulsionados pelos relatórios trimestrais de resultados, agravam a pressão de obter uma rentabilidade imediata”.

Em última análise, o enfoque a longo prazo leva a reconsiderar a ideia de progresso, de forma a conciliar as necessidades e interesses da geração atual com os das vindouras. Para o *think tank* alemão Foundation for the Rights of Future Generations (FRFG), este reequilíbrio concretiza-se

na obrigação de não transferir para o futuro os custos do sistema atual. A nova visão ética do progresso impede as gerações atuais de comprar a sua própria felicidade à custa das seguintes.

Em Espanha, a Fundación Savia – uma organização de defesa do meio rural – tem visitado diversas localidades para impulsionar a figura do Defensor das gerações futuras. Para o seu secretário-geral, Antonio Aguilera, a fundação apresentou a quase uma centena de municípios uma proposta de moção para que instem o governo espanhol, o Parlamento Europeu e a ONU a criar esta figura.

De momento, foi aprovada por 53 municípios e, em breve, poderiam fazê-lo mais. “Calculamos que, até ao fim de 2017, sejam mais de 60”. A imensa maioria está na Andaluzia, mas também há alguns em Castilla-La Mancha, Múrcia e Valência. Outros municípios das Canárias, Castilla y León, Catalunha e Astúrias estão a examinar a proposta. “Felicitam-nos por a termos feito e comentam-nos que este tipo de iniciativas é que dá sentido à sua vocação política”, explica Aguilera.

A figura do Defensor das gerações futuras também interessa ao Partido Socialista (PSOE). No seu [programa](#) para as eleições gerais de 2016, propunha criá-la como um cargo adjunto do Defensor del Pueblo (correspondente ao Provedor de Justiça em Portugal). As suas competências não se limitariam ao ambiente, como se alargariam também a outras áreas como as pensões, as infraestruturas ou a dívida pública.

Em 2015, o País de Gales aprovou a “Well-being of Future Generations Act”, que obriga os organismos públicos a avaliar “o impacto de longo prazo das suas decisões” sobre o “bem-estar social, cultural, ambiental e económico” das gerações vindouras. A mesma lei criou o Comissário para as gerações futuras, cuja principal incumbência é atuar como um “guardião” dos interesses dos que virão e avaliar como as administrações estão a cumprir essa obrigação.

O World Future Council destaca outros exemplos de representantes que falam em nome das gerações futuras. Na Nova Zelândia existe, desde 1986, um comissário parlamentar do ambiente, que formula recomendações não vinculativas tanto ao governo como aos partidos da oposição. Na Hungria, surgiu em 2007, para proteger os recursos naturais e o património cultural, em consequência de uma iniciativa da sociedade civil. Em Israel, funcionou entre 2001 e 2006, uma Comissão para as gerações futuras com poder de veto sobre as leis respeitantes a doze áreas... Embora os modelos variem, o objetivo é o mesmo: dar voz aos que virão e representá-los “nas mesas onde se tomam as decisões políticas atuais”.

J.M.

## A política familiar, melhor a partir das empresas e dos municípios

Pierpaolo Donati (1946), sociólogo e filósofo, é professor na Universidade de Bolonha. É conhecido fundamentalmente pela sua teoria da “sociologia relacional”, com a qual analisa a sociedade como uma imensa soma de relações, não apenas de indivíduos. Recentemente investido Doutor Honoris Causa pela Universitat Internacional de Catalunya (UIC Barcelona), deu uma entrevista onde pareceu um desses professores que entendem realmente constituir a universidade o berço do conhecimento; aqueles que gostam de estar com os seus alunos.

— *Qual é a novidade que nos traz a sua teoria relacional da sociedade?*

— Na realidade, num mundo global como o de hoje, estamos ligados a muitas pessoas, mas não nos relacionamos: fala-se de relações, mas são entendidas como aquilo que o indivíduo sente pelo outro; isto é, como uma espécie de “projeção psicológica” de um no outro. Alguém pode estabelecer comunicação comigo enviando-me mensagens e eu posso responder a estas mensagens e, sim, existe uma ligação, mas as ligações na Internet não são relações. A relação é precisamente a novidade que surge de uma reciprocidade entre o eu e o outro.

— *Continua a haver dois indivíduos que se inter-relacionam.*

— Sim, mas a questão é ver que o resultado desta inter-relação é outra coisa. É como H<sub>2</sub>O, a água, efeito do hidrogénio e do oxigénio: não é uma soma das propriedades do hidrogénio e do oxigénio, pois é outra realidade. De modo semelhante, uma relação constrói-se com o hidrogénio e o oxigénio – os dois indivíduos –, mas o efeito emergente (a amizade como relação) é uma estrutura que não pertence a nenhum dos dois. Nasce dos dois, sim, mas é uma realidade de ordem diferente daquela individual. A sociologia relacional é a tentativa que ninguém fez até agora: tratar *relacionalmente* a relação; ter uma *dimensão relacional* da relação, adequada à realidade ontológica da mesma.

A mim, alguns colegas americanos dizem-me que a relação é uma simples transação, e digo-lhes que praticam uma *sociologia transaccional*, não relacional. Com esta abordagem, veem o casamento como simples transação e, por isso, acabam por fazer contratos de centenas de páginas, com todas as cláusulas necessárias antes deste suposto intercâmbio. Mas o casamento não é isto: não se sabe o que vai acontecer dentro de cinco, dez, cinquenta anos. Não se pode prever tudo. Aquilo que realmente importa é que se cuide a relação, porque é o bem relacional da família o que gera os bens individuais dos esposos e dos filhos, e de todos os membros da família. Não o contrário.

### — A família baseada na relação...

— A família é relação! Quando é um bem relacional, tem a capacidade de unir e, simultaneamente, um deles respeitando, mas promovendo o outro: “Sei que és diferente, e se cuido da relação, vais crescer comigo e eu contigo...”.

Um colega meu, Anthony Giddens, afirma que o futuro é o da “relação pura”. Usa isso para falar do casal. Não fala dos filhos. Diz que a família se reduz a um ajuste, cujo modelo é a chamada “relação pura”. No sentido, não de virtude, mas de mútua satisfação: tu satisfazes-me e eu satisfaço-te. E isto é o paradigma de todas as relações de casal, segundo ele. Que sejam de homossexuais ou de heterossexuais, pouco importa. Quando um dos dois deixa de satisfazer o outro, a relação rompe-se e deixa de existir. E já está. Mas isto significa não ter entendido a ideia de relação, que é reduzida à viabilidade individual, ao meu prazer. Giddens vê “relação pura” numa coisa que não é relação, mas uma simples agregação casual, contingente.

### — No seu discurso de investidura disse que as políticas atuais não funcionam. Porquê?

— Porque todas as políticas de tipo social estão focalizadas no indivíduo. Sim, através de categorias sociais – os jovens, os adultos, os idosos, etc.–, mas nunca através da família. Não são os pais, enquanto pais, ou os filhos, enquanto filhos, mas consideram as pessoas como alguém de 18 ou 20 anos: és jovem, mas não filho. E não é a mesma coisa ajudar um pai de família, do que um adulto de 45 anos, por exemplo. O lógico seria encarar a pessoa no seu contexto completo.

### — É difícil fazê-lo a partir do Estado...

— Por isso, acredito muito mais nas políticas familiares no plano local: das empresas e dos municípios. Porque, efetivamente, no plano macro – à medida que mais nos afastamos do local, do que está próximo –, é mais difícil ter em conta a situação familiar de cada um.

Por exemplo, na Alemanha, surgiu o que é designado por “alianças locais para a família”. São redes locais sociais, económicas ou culturais, constituídas como associação de famílias, que promovem, num determinado território, políticas para o bem-estar da família. Nelas, cria-se uma rede com todos os sujeitos sociais necessários, que implementam políticas *family friendly*. Existe um hospital *family friendly*. A escola, o cinema, a biblioteca, etc. É um modo de todos os atores da comunidade realizarem coisas boas para a família. Ajudam as famílias a ser famílias.

### — Não é nada simples.

— Claro que não. Inicialmente pode significar um custo adicional para a empresa, mas em dois anos, as coisas mudam: obtém este quadro *family friendly*, com o qual ganha vantagens fiscais ou de outro tipo; além disso, as pessoas estão mais à vontade no seu posto de trabalho, laboram

melhor, existe um bom clima de trabalho... Note-se que estamos a falar de relações, não tanto de indivíduos.

J. F. V.

## Uma revista feminina que rompe o padrão

Após um processo de *crowdfunding* meteórico, chegou recentemente aos quiosques franceses a revista feminina “Aime”. Pretende romper os estereótipos dos semanários destinados a mulheres, avançando com uma abordagem cristã. “É uma singularidade que as mulheres não vão encontrar em nenhuma outra revista deste estilo”, afirma a sua chefe de redação, Ariane Rollier, numa [entrevista](#) publicada em “Valeurs Actuelles” (8.12.2017).

Embora a concorrência no setor seja grande, Rollier está convencida de que há espaço para “oferecer uma alternativa” às restantes publicações femininas. “Consideramos a mulher como um todo. Não somos uma revista de decoração, ou de bem-estar, ou de moda”. A ideia é integrar numa única publicação “todos os interesses das mulheres”, combinando os artigos de fácil leitura com outros de fundo.

A sua abordagem vai diferir claramente da que impera no mercado: “Não vamos partilhar histórias ‘bonitas’ que promovam de modo indireto a infidelidade. Iremos abordar os mesmos temas que outras publicações, mas não da mesma forma”.

A chegada da “Aime” ao ponto de venda seguiu um longo processo de colaboração, desde que, em 2014, um grupo de jornalistas se organizou em torno de uma intuição: “A imprensa feminina está fora de moda. Não nos acompanha”. A partir dessa altura começaram a construir na Internet uma comunidade de futuras leitoras, que participaram com as suas opiniões em dois projetos beta e prestaram apoio financeiro em tempo recorde através de uma *web* de *crowdfunding*, “[Credofunding](#)”, especializada em projetos inspirados no humanismo cristão.

Outro sinal distintivo da “Aime” será a renúncia ao igualitarismo feminista: “Somos mulheres, nunca tentaremos moldar-nos à identidade masculina para nos sentirmos realizadas”, salienta a responsável pela redação. “Queremos aceitar e compreender os nossos corpos, as nossas psicologias, a nossa identidade, e sermos assim livres para brilhar à nossa maneira e não como homens”.

A revista impressa, que se desenvolve em secções por dias da semana, abarca aspetos como as viagens, o desenvolvimento pessoal, a cultura, a moda, a sexualidade ou a decoração, e inclui também reflexões sobre a fé. "Interessa-nos tudo, não há temas tabu", acrescenta Rollier, que não vê motivos para que uma revista feminina deva ser superficial. Trata-se justamente de promover a coerência, de "integrar o espiritual na vida quotidiana".

A revista tem a sua edição digital assente numa das plataformas habituais na Internet e, após uma campanha de recolha de fundos realizada em quatro meses, começou em finais de dezembro último a ser distribuída em papel, através dos quiosques e por assinatura. Por agora, conta com 20 redatores e colaboradores.

Apesar do avanço imparável do jornalismo digital, em França, já anunciaram o seu aparecimento outros dois semanários em papel ao longo do trimestre, "Eبدو" e "Vraiment", ambos impulsionados por jornalistas e com artigos de fundo não colados tão diretamente à atualidade.

M.A.B.

## **"¡Doctor, no haga todo lo posible!"**

### **"Despertar la compasión"**

Autor: Pablo Requena

Editorial Comares

Granada (2017)

192 págs.

Autor: Emilio García-Sánchez

EUNSA Ediciones

Pamplona (2017)

187 págs.

Foram publicados quase em simultâneo dois livros que, apesar de terem enfoques diversos e abordarem temas não inteiramente coincidentes, podem ser lidos de forma complementar pelo seu substrato bioético.

Pablo Requena, médico, teólogo e professor de bioética na Pontificia Università della Santa Croce (Roma), faz algo que estava pendente: apresentar uma visão integral sobre os aspetos éticos da limitação do esforço terapêutico (LET). O título da obra fala por si próprio: desde a criação das Unidades de Cuidados Intensivos (UCI), a súplica que os doentes, mas sobretudo os familiares, dirigiam aos médicos perante uma situação crítica, era justamente a contrária. O médico, dotado de um crescente poder tecnológico sobre a vida das pessoas, aparecia como um milagreiro capaz de fazer prodígios.

O entusiasmo perante esse modo de fazer medicina cedeu rapidamente lugar ao desalento; isso porque muitas das medidas que se adotavam apenas conseguiam alongar penosamente a vida dos doentes e, por vezes, aumentar os seus padecimentos. As categorias éticas às quais se recorreu então para esclarecer essa confusa situação foram as de autonomia e qualidade de vida. Reconhecendo a sua utilidade, Requena salienta a limitação desses conceitos e a necessidade de interpretá-los a partir da boa práxis médica. Apela igualmente à virtude moral do médico e à comunicação com o doente (e, no seu caso, com os familiares) para adotar decisões partilhadas e corretas nessas situações críticas. Este modo de proceder exige tempo e adiantar-se ao desencadear do problema: esperar até ao último momento para decidir, dificulta muito que as coisas se façam bem.

A comunicação com o paciente, reclamada por Requena, só se pode desenvolver com sucesso com base na compaixão. García-Sánchez interroga-se sobre em que consiste essa emoção na relação na área da saúde. Em primeiro lugar, apresenta o contexto sociocultural hedonista contemporâneo, que gera uma forma patológica de compaixão, cuja manifestação mais aguda é a de defender a morte do que sofre para acabar com o seu sofrimento. Em seguida, apresenta uma reflexão sobre a dignidade do enfermo e dos cuidados compassivos que merece.

O autor não se fica por considerações gerais e ocupa-se daqueles doentes que, merecendo a mesma compaixão que quaisquer outros, muitas vezes não são vistos como sujeitos de compaixão. É o caso dos bebés diagnosticados com doenças graves antes ou logo depois do nascimento, para os quais se solicita o aborto ou a eutanásia neonatal. Ou o das pessoas que perderam as suas capacidades cognitivas ou têm dores intensas e difíceis de controlar, e que se encontram próximas da morte. Contra a tentação do abandono de todas elas, este livro propõe a compaixão, que atenua a dor e oferece sentido à fase final da vida.

Além disso, García-Sánchez destaca, entre outras coisas, a importância da linguagem corporal ao manifestar a compaixão, e o ganho que obtêm os cuidadores (tanto os profissionais de saúde como as famílias) quando tratam compassivamente as pessoas doentes com quem se relacionam.

Para os que se dedicam aos cuidados dos pacientes em situações críticas ou terminais, a leitura de ambos os livros será muito proveitosa: o primeiro ajuda a tomar decisões prudentes no final da vida das pessoas, evitando tanto o

encarniçamento terapêutico como a eutanásia; e o outro desperta a compaixão com que devem ser tratados os doentes mais vulneráveis.

V. B. C.

